MARÇO DE 2021 N. 6

A TRAÇA

Boletim do Projeto de Extensão Histórias & Memórias sobre Educação (2ª ed.)

Centro de Documentação e Pesquisa em História da Educação (CDPHE) - Sede do Projeto (UFPR/Campus Rebouças, sala 33)

Apresentação

Estamos retornando com o Boletim A Traça! Esperamos que todos estejam bem, junto de suas famílias e com disposição e boas energias para mais um ano de trabalho, aprendizado, parcerias, de construções coletivas em torno de iniciativas e produção de conhecimento.

Para este ano, continuaremos com as atividades do Projeto de Extensão Histórias e Memórias sobre Educação (2ª edição) de forma online, até que haja condições do retorno presencial.

Pensamos e planejamos várias possibilidades de atividades e agora, em março, estamos lançando um edital de chamada de voluntários, para melhor dimensionar o que seria viável realizar, também agregando os interesses e possibilidades da nova equipe.

Mas já confirmamos a realização de um curso de extensão online, relacionado à História da Educação. Sobre ele, traremos detalhamento no próximo número do Boletim.

NESTE NÚMERO

OS ARQUIVOS AO LONGO DA HISTÓRIA OCIDENTAL

ARQUIVOS E A ERA DIGITAL

HISTÓRIA DOS ARQUIVOS NO BRASIL

ARQUIVOS NA CIDADE DE CURITIBA-PR

Neste número de A Traça, trazemos um pouco de História, sobre a questão dos arquivos, para uma melhor compreensão deste processo, que impacta nas configurações e desafios atuais que os envolvem. Esperamos que gostem, e que este material auxilie em uma maior sensibilização acerca da relevância deste tipo de acervo, bem como, da necessidade de sua preservação.

PROPONENTE PRINCIPAL DESTE MATERIAL: BRUNO AUGUSTO PEDROSO DE SOUZA

Introdução

Da necessidade de registrar as atividades humanas surgiu a escrita e, logo, veio a preocupação em guardar estes registros e, em certa medida, tomou-se o cuidado de realizar este armazenamento em locais seguros e de maneira organizada (PORTO, 2013, passim). Seriam estes lugares o que hoje chamaríamos de arquivos, ainda que o termo remeta à Grécia Antiga e sua forma atual tenha começado a se estruturar só com a Revolução Francesa.

No presente documento, realizaremos uma breve linha do tempo dos Arquivos ao Longo da História Ocidental, mostrando como estas instituições acompanharam e foram importantes para o desenvolvimento das sociedades humanas. Se objetiva salientar tópicos fundamentais da arquivística, a relação dos arquivos com a pesquisa histórica e a situação dos arquivos atualmente, principalmente no Brasil e na cidade de Curitiba - onde nosso Projeto de Extensão atua, desenvolvendo iniciativas e parcerias de relevância para o campo da História da Educação.

Quanto ao conceito, há uma ampla quantidade de definições do que seria um arquivo. Aqui, utilizaremos a definição de Porto (2013, p. 14), que afirma:

> [u]m arquivo, além de ser um conjunto de documentos independentemente da sua origem, formato e data, poderá também entender-se como o local onde se preservam, identificam e organizam os ditos documentos, com o objectivo de garantir sua conservação, bem como o acesso e facilidade de consulta.

Os Arquivos ao longo da História Ocidental

O SURGIMENTO DA ESCRITA E A GUARDA DE DOCUMENTOS

Os primeiros arquivos apareceram na Mesopotâmia com os sumérios, povo que desenvolveu a escrita cuneiforme há mais de 5 mil anos atrás. O local de guarda dos registros foi criado espontaneamente, uma vez que era importante que tais escritos fossem armazenados em condições que permitissem a consulta posterior. Como o principal interesse dos sumérios, ao desenvolverem a escrita cuneiforme, era gerenciar a produção agrícola e esta era uma responsabilidade do governo, os arquivos foram, portanto, construídos em palácios e/ou templos, ou seja, sedes da administração central (PORTO, 2013, p. 15-16).

Belloto (2002, p. 13) destaca que "entre os povos sumérios, egípcios, assírios e babilônios, os arquivos estavam exclusivamente a serviço das autoridades, eram arquivos reais, religiosos, diplomáticos, onde se achavam leis, tratados, normas e preceitos".

Reconstrução do arquivo do Palácio de Ebla, na atual Síria. O Palácio data de, aproximadamente, 2500 AEC. Fonte: ‹https://bit.ly/2GmOk9r›.

Templo de Medinet Habu, no Egito. Em seu interior, funcionava o arquivo Amarna que, assim como o de Ebla, também organizava seus documentos por seções. O templo foi finalizado aproximadamente entre I200 e II50 AEC. pelo faraó Ramessés III, mas possui construções no seu interior de períodos anteriores a I500 AEC. Fontes: ‹https://bit.ly/314FtIp / https://bit.ly/35yz2Hr›.

OS ARQUIVOS NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA

A palavra “arquivo” deriva do grego Arché, que significa começo, origem. Porém, como destaca Dascher (2001, p. 643, tradução nossa): “[este termo] não era usado para se referir à preservação da palavra escrita na Grécia Antiga[.] [...] Mais tarde, juristas romanos adaptaram o [termo] grego Archeion, empregando ele no latim Archium e, depois, Archivum”, assim surgiu a palavra “arquivo” propriamente dita.

No mundo greco-romano, os arquivos eram similares aos casos supracitados, sendo também situados em templos e instâncias do governo. No caso da Grécia, o primeiro arquivo surgiu por volta de 460 AEC., enquanto para os romanos isto se deu em 509 AEC. O Tabularium romano, localizado atrás do Templo de Saturno (em Roma), por exemplo, era um arquivo que possuía funcionários especializados na organização dos vários documentos ali guardados - como éditos do Imperador, registros das províncias e do Senado, dados de ordem financeira, entre outros. Muitas práticas estabelecidas pelos "arquivistas" romanos são utilizadas até hoje: organização dos documentos em série, por ordem cronológica, estabelecimento de numerações como forma de identificação, noções de guarda permanente, etc. (PORTO, 2013, p. 16-17).

Reconstituição virtual do Tabularium. À frente, o Templo de Saturno, vista do Fórum Romano. Fonte: <https://bit.ly/3ikTj7R>.

OS ARQUIVOS NO MEDIEVO

Desde o surgimento da escrita até a antiguidade tardia, os arquivos estavam diretamente ligados, em sua maioria, à administração de um governo central. Devido às transformações sociopolíticas ocorridas no início do medievo, há, justamente, a descentralização, até em termos geográficos, da atual Europa. Neste processo, a Igreja Católica adquiriu forte influência em vários aspectos. Esta instituição deteve importante poder centralizador dos documentos da época, dominando a produção, gestão, manuseio e conservação destes. Os chamados Arquivos Eclesiásticos, que se localizavam em propriedades da Igreja, não guardavam apenas documentos provenientes desta, mas também de instituições púbqlicas e privadas (PORTO, 2013, p. 18).

Dascher (2001, p. 643, tradução nossa) nos lembra que "[d]iferente dos arquivos da Antiguidade, estes desenvolvidos no período medieval não serviram ao interesse público num primeiro momento, [eles] antes asseguravam posições legais de indivíduos, instituições e grupos".

A partir do século XIV, há um desenvolvimento de arquivos da administração central nas grandes cortes europeias, com nomeação de funcionários específicos para tais instituições - que tinham como principal finalidade "garantir a autenticidade dos documentos e elaborar as 'memórias' dos seus patronos" (RIBEIRO, 2011, p. 60). A título de exemplificação deste movimento, temos o Archivo de La Corona de Aragón, fundado em 1318, na Espanha.

Palacio Real Mayor de Barcelona, sede original do Archivo de La Corona de Aragón (Barcelona, Espanha). Fonte: <https://bit.ly/2Gt4deE>.

AS LUZES: ARQUIVOS NA MODERNIDADE

Com o Renascimento Cultural (a partir do século XIV, mais precisamente), a produção de documentos, que por muito tempo ficou concentrada sob o domínio da Igreja Católica, se expandiu. Logo, houve uma maior demanda por arquivos para organizar e preservar tais registros - que, agora, começavam a ser produzidos e acessados por um público mais amplo (PORTO, 2013, p. 18).

Com o Iluminismo, reconheceu-se a importância e relevância dos arquivos para a pesquisa histórica. No século XVII, surgiram manuais jurídicos com normativas para estas instituições.

Desta forma, o arquivo agora obedecia e servia para a ordenação do Saber, sobretudo de cunho acadêmico.

Este novo e intensificado interesse, devido ao seu caráter externo e metódico, acabou gerando alguns problemas quanto à organização dos documentos nos arquivos, como a reclassificação das fontes seguindo normativas superiores (por exemplo, agrupamento por tema específico), que não levaram em consideração aspectos como a origem e ordem própria dos documentos. Isto demandaria uma atenção maior no futuro próximo (RIBEIRO, 2011, p. 60).

ARQUIVOS NA CONTEMPORANEIDADE

Hôtel de Soubise, sede original dos Archives Nationales (Paris, França). Fonte: ‹https://bit.ly/3lckL9P›.

Na França Revolucionária, em 1790, foram criados os Archives Nationales - primeiro Arquivo Nacional do mundo. Em conjunto, também foram fundadas repartições regionais nas províncias francesas - chamadas de Archives Départementales. Devido a esse alastramento por todo o território francês, os arquivos começaram a servir e serem acessados pelo cidadão comum (PORTO, 2013, p. 19).

Os Arquivos Nacionais franceses adotaram o mesmo princípio de pertinência que já eram utilizados pelas bibliotecas, porém, somados aos problemas derivados da época passada com a reclassificação dos documentos em arquivos seguindo métodos externos e normativas jurídico-acadêmicas, a partir de 1839, foram surgindo discussões para introduzir nos arquivos o princípio de proveniência: respect de fonds ("respeito pelos fundos") - que viria a ser um fundamento primordial da Arquivística. Este conceito "estipulava que todos registros criados por uma instituição permaneceriam juntos" (DASCHER, 2001, p. 644, tradução nossa). Mais tarde, foi acionado a este conceito a dimensão do respeito pela ordem original dos documentos, isto é, "a preservação dos critérios organizativos praticados pela entidade produtora" (RIBEIRO, 2011, p. 60).

O uso de arquivos para o conhecimento histórico se intensificou após a segunda metade do século XIX, dando o caráter que hoje associamos a um arquivo. A inovação e o surgimento da tecnologia digital, debates entorno da Arquivística, suas responsabilidades e normativas próprias marcaram o século XX e colaboraram para a estruturação dos arquivos atuais em todo o Ocidente (PORTO, 2013, p. 19).

Nos dias de hoje, o acesso aos arquivos é permitido em muitos países ao público geral, porém isto varia muito. O Vaticano, por exemplo, "apenas permite

essar documentos originados antes de 1922" (DASCHER, 2001, p. 645, tradução nossa), enquanto aqui no Brasil, os arquivos públicos permitem recuarmos no tempo na medida em que os documentos disponíveis nos possibilitam tal feito e conforme nossos interesses, sem restrições explícitas.

Atual sede dos Archives Nationales (Paris, França), fundada em 2013. Fonte: <https://bit.ly/34iFEJF>.

Arquivos e a Era Digital

No final do século XX, o desenvolvimento tecnológico, o surgimento da Internet e a migração de muitos sistemas para o meio digital (como de órgãos da administração pública), provocou mudanças no ramo arquivístico. No que concerne à pesquisa histórica, Dascher (2001, p. 645, tradução nossa) caracteriza que "as novas possibilidades que permitem a busca em arquivos nacional e internacionalmente através da internet são muito interessantes".

No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) instituiu em 1995 a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) especialmente para o tratamento dos documentos digitais. Dessa forma, já observa-se uma preocupação com este meio em termos de gestão e preservação, que se dá através da publicação de manuais, orientações e normativas. Também há um crescente número de teses e dissertações sobre o tema no meio acadêmico, envolvendo áreas como a História, Ciência da Informação, Biblioteconomia e a própria Arquivologia (MELO; silva; DORNELES, 2017, p. 141).

Apesar deste avanço, o cenário dos arquivos públicos brasileiros precisa de uma maior atenção. Há muito descaso com o patrimônio e os documentos históricos, o que iniciativas de instituições de preservação e de projetos de universidades - como o nosso projeto de extensão - buscam melhorar. Para melhor compreendermos nossa realidade, trataremos a seguir de aspectos gerais da História dos Arquivos no Brasil.

A RELAÇÃO COLÔNIA-METRÓPOLE, O PADROADO E OS ARQUIVOS

Seguindo o raciocínio de que as atividades administrativas de um governo originariam os arquivos, observamos que isto se aplica na relação entre as instituições coloniais do atual Brasil com a Coroa Portuguesa, que se dava fundamentalmente a partir de documentos escritos, que além de demandarem uma rede de mensageiros que possibilitasse esta comunicação transatlântica, também necessitavam de lugares específicos para a preservação e guarda destes registros. Entender a estrutura burocrática envolvida no trâmite dos documentos entre colônia e metrópole é de suma importância para a compreensão das próprias informações contidas nos escritos que encontramos nos arquivos coloniais (MELO; SILVA; DORNELES, 2017, p. 132).

É interessante destacar que dentre as exigências da Coroa, encontram-se normativas para a organização dos arquivos, de que maneira recomendava-se que os documentos oficiais fossem guardados e cobranças de manutenção destas instituições aos seus patronos/responsáveis - em geral, secretários do governo, autoridades metropolitanas, escrivães, etc. (MELO, 2006, passim).

A Igreja exeeceu forte influência durante o período colonial, detendo e produzindo parte considerável de documentos e, devido às funções administrativas desempenhadas pelo Padroado (entidade eclesiástica que misturava-se ao governo colonial), se constituíram, nos arquivos das dioceses, acervos sobre a sociedade civil de inestimável valor à pesquisa histórica (MELO; SILVA; DORNELES, 2017, p. 133).

A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E O ARQUIVO DO IMPÉRIO

Secretaria de Estado dos Negócios do Império, primeira sede do Arquivo Público do Império (Rio de Janeiro - RJ). Fonte: <https://bit.ly/319SZKU>.

No século XIX, os Archives Nationales franceses já eram inspirações para a estruturação de arquivos por todo Ocidente, incluindo nações como a Inglaterra e o Brasil. Em 1838, foi criado o Arquivo Público do Império - posteriormente, Arquivo Nacional - na capital do império brasileiro: o Rio de Janeiro. Semelhante aos modelos franceses, o Arquivo Público do Império funcionava como um recurso de "viabilização do iniciante Estado Nacional para fundamentação de uma identidade brasileira e criação de uma nacionalidade homogeneizante" (MELO; SILVA; DORNELES, 2017, p. 135).

Apesar desta missão de relevância que o Arquivo recebeu, tendo sido incorporado à Secretaria dos Negócios do Império (instituição de alta importância à época), o prestígio político-econômico era "disputado" com o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, que também atuava neste sentido de realizar uma construção da História do Brasil, porém era favorecido pessoalmente pelo próprio imperador e pelos seus membros que faziam parte da elite brasileira. Desta forma, o Arquivo Público veio a sofrer com situações que até hoje atingem diversas instituições que lidam com o patrimônio histórico brasileiro: a falta de verbas para a garantia e manutenção das instalações e serviços essenciais à funcionalidade destas instituições (MELO; SILVA; DORNELES, 2017, p. 136).

Edifício do Recolhimento do Parto dos Terceiros da Ordem do Carmo, que foi ocupado em 1870 pelo Arquivo Público do Império, sendo a terceira sede deste (Rio de Janeiro, RJ). Fonte: <https://bit.ly/33quxik>.

OS ARQUIVOS NA REPÚBLICA

Arquivos associados à administração central na províncias começaram a surgir entre a segunda metade do século XIX e a primeira do XX, sendo pioneiro o estado do Paraná (1855), depois temos Bahia (1890), então Pará (1894), São Paulo (1892), Minas Gerais (1895), Mato Grosso (1896), Rio Grande do Sul (1906), Espírito Santo (1908) e Pernambuco (1945).

No começo do século XX, houve o surgimento daa primeiras Universidades brasileiras e, logo, cursos e profissionais especializados - porém, o primeiro curso de graduação em Arquivologia viria a ser criado apenas em 1977, na atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (RJ) e, no mesmo ano, na Universidade Federal de Santa Maria (RS). A partir da década de 1930, com as reformas administrativas no país - fundamentadas no conceito de mérito -, foram institucionalizados os concursos como meio de entrada no serviço público. Desta

Sede do Arquivo Nacional entre 1907 e 1985 (Rio de Janeiro - RJ). Fonte: ‹https://bit.ly/2HKEf6P›.

forma, os funcionários do Estado e dos arquivos públicos, foram tornando-se cada vez mais especializados e, portanto, melhor preparados para a realização de seus serviços - a preocupação com a capacitação dos arquivistas já era manifestada desde 1870, através dos diretores do então Arquivo Público do Império (MELO; SILVA; DORNELES, 2017, p. 137-138).

Com esta mesma inquietação, José Honório Rodrigues, diretor do Arquivo Nacional entre 1958 e 1964, promulgou uma série de reformas e projetos, alterando o regimento interno do arquivo, instituindo novos métodos e fundamentos quanto ao tratamento das fontes históricas pela arquivística, iniciando a realização de cursos de capacitação técnica na instituição, etc. Essas medidas muito influenciaram a arquivologia brasileira, inclusive na formação de novos arquivos e nos currículos dos cursos desta área que surgiram posteriormente nas universidades (MARQUES; RODRIGUES, 2017, passim).

Em 1971, foi criada a Associação dos Arquivos Brasileiros. Logo em seguida, pcorreu o 1° Congresso Brasileiro de Arquivos. Estes eventos marcaram o desenvolvimento da arquivologia brasileira, produzindo debates e intercâmbios entre diversas áreas envolvidas com a gestão documental. Com a Constituição de 1988, os arquivos tiveram sua importância reconhecida oficialmente. No ano de 1991, foi decretada a chamada Lei do Arquivo (Lei Federal n° 8.159), que apresenta encaminhamentos sobre a política nacional de arquivos públicos e privados - principal tarefa atribuída ao Conselho Nacional de Arquivos, criado em 1994.

Apesar de todo progresso que a arquivologia brasileira obteve no século passado, o cenário atual é um pouco delicado. Em um levantamento sobre arquivos estaduais públicos, Medeiros e Souza (2014, p. 72) destacaram que dois estados brasileiros ainda não possuem tais instituições (a saber, Tocantins e Paraíba), comentando que

> [a] situação dos arquivos públicos brasileiros ainda revela-se preocupante. [...][Há] um descaso do poder público com a gestão documental, a preservação e o acesso de seus documentos. Em pleno século XXI, com o advento de tecnologias e do crescente número de profissionais, que lidam com a informação, é lastimável que isso ainda ocorra.

Arquivos na cidade de Curitiba-PR

O ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

Criado em 07 de abril de 1855, o Archivo Publico Paranaense foi o primeiro arquivo público provincial do Brasil - aliás, em um estado que emancipara-se recentemente (em 1853). O acervo do arquivo atualmente ultrapassa a esfera administrativa estadual, devido às doações de documentos ao longo dos anos - que hoje somam mais de 4.500 metros lineares de fontes sobre a História do Paraná e podem ser acessadas por todos os cidadãos brssileiros. Mais informações: <https://bit.ly/33wCySV>.

Atual sede do Arquivo Público do Paraná (DEAP - Departamento Estadual do Arquivo Público), localizado na R. dos Funcionários, I796 (Bairro Cabral, Curitiba - PR). Fonte: <https://bit.ly/3cWrT7i>.

O ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CURITIBA

Criado em 2004, o Arquivo Público Municipal de Curitiba, localizado na R. João Bettega, n° 3350, no bairro Portão, reúne mais de 10km lineares de documentos sobre a história da cidade a partir dos órgãos de administração municipal, o acervo recua até 1899 através de fontes textuais, fotografias, microfilme, catálogos, etc. - com vários materiais já digitalizados. A consulta ao arquivo pode ser feita mediante agendamento. Mais informações <https://bit.ly/3jxjyJC>.

Quanto aos arquivos escolares da rede municipal de ensino de Curitiba, a estruturação destes data de 1965 - mais antiga que a primeira legislação estadual do Paraná sobre a gestão de documentos escolares, de 1986 (COLERE, 2015, p. 64-65).

Apesar de algumas dificuldades no decorrer de sua história, podemos dizer que, em relação à Prefeitura de Curitiba, a gestão de documentos é exemplar, principalmente em termos estruturais - o município possui boas condições de armazenamento dos documentos -, e, também, na maneira como é organizada a documentação - existe um arquivo voltado à Secretaria da Educação (Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Educação) e há uma tabela de temporalidade específica para as escolas, por exemplo.

O ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

Como vimos, os arquivos estiveram muito ligados à administração pública. Dessa forma, a maior parte dos acervos documentais trata justamente de assuntos burocráticos. Não obstante, é recente na historiografia o interesse por temáticas e grupos sociais que eram excluídos da positivista História político-econômica, que focava apenas em registros oficiais e nos "grandes homens" e seus "grandes feitos". A História da Educação faz parte deste grupo que direciona seu olhar a estes "novos" assuntos, abrindo também o leque de fontes com as quais lida - afinal, há de se trabalhar com o que foi, de alguma forma, preservado, sem muitas possibilidades de escolha.

Devido a este histórico, podemos compreender o porquê os arquivos, no senso comum, ainda serem conhecidos como "arquivo morto" ou "lugar onde fica os documentos que tem de ser guardados", inclusive por funcionários e usuários destas instituições (em órgãos públicos ou instâncias privadas). Anteriormente, a denominação "arquivo morto" era utilizada oficialmente para se referir aos arquivos permanentes, mas caiu em desuso com o crescimento da arquivologia no Brasil - que chegou a satirizar o emprego do termo no período, conforme podemos observar na charge abaixo (COLERE, 2015, p. 56-58).

Charge sobre o arquivo morto. In: Revista Arquivo & Administração, 1978 apud COLERE, 2015, p. 58.

Mesmo com os avanços da arquivologia brasileira, ainda há um desinteresse evidente por parte da administração pública em preservar o patrimônio histórico, já que muitos documentos sem fins burocráticos são descartados desconsiderando quaisquer interesses por parte da pesquisa histórica. Aliás, mesmo a preservação de documentos burocráticos não é feita de maneira totalmente adequada, pois, por exemplo, em muitas escolas públicas curiribanas, devido à desinformação e falta de preparo técnico dos funcionários, a situação do "arquivo morto" é, literalmente, lastimável - a guarda dos documentos é vista apenas como uma obrigação, que normalmente é atribuída ao órgão público sem maiores encaminhamentos por parte do Estado, desconsiderando princípios básicos da arquivística e deixando a cargo de cada funcionário designado para tal função como organizar o arquivo (COLERE, 2015, passim). E, embora a dissertação de Colere refira-se a escolas municipais de Curitiba, é possível afirmarmos que essa realidade é comum em todo o país. Além disso, em comparação ao Estado do Paraná, que não apresenta nem tabela de temporalidade para as escolas, a Capital paranaense ao menos tem alguma estrutura e orientação a esse respeito.

Neste cenário, iniciativas como as desenvolvidas pelo nosso Projeto de Extensão são de suma relevância tsnto à comunidade acadêmica interessada na temática, como às instituições com as quais colaboramos e ajudamos na preservação da própria memória destas. A mais antiga parceria que temos é com o Colégio Estadual do Paraná, iniciada em 2006 através da reorganização do acervo documental deste, que originou o Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná (CMCEP). Os frutos desta colaboração se manifestaram em exposições; na composição de uma biblioteca; atividades pedagógicas envolvendo a comumidade escolar; higienização, organização, catalogação e digitalização de documentos; pesquisas acadêmicas utilizando o rico acervo do colégio (que é disponibilizado para consulta local); etc. (CZAP; SILVA, 2016, p. 123-124).

Desta forma, podemos medir o impacto de nosso projeto como positivo, afinal a constituição do CMCEP, para além de organizar o acervo documental e melhor preservar a memória deste Colégio, é também representativa do diálogo entre a Universidade Pública com a sociedade, o que é sempre enriquecedor.

Sede atual do Colégio Estadual do Paraná, inaugurada em 1950. Fonte: <https://bit.ly/3iy63It>.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L., **Arquivística: Objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

COLERE, Sibeli. **O arquivo está "morto"? Legislação e memórias de arquivar em Escolas Municipais de Curitiba (1963-1993)**. 2015. 191 f. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 03/09/2015. Disponível em <https://bit.ly/36BKSD4>. Acesso em: 03 de outubro de 2020.

CZAP, A. L.; SILVA, L. P. da. Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná: 10 anos de uma construção coletiva. In: GONÇALVES, Nadia Gaiofatto (org.). **Histórias & Memórias sobre Educação: trajetória e atividades de um projeto de extensão** – vol. I. Curitiba: Pró-reitoria de Extensão e Cultura – Universidade Federal do Paraná, 2016, p. 122-130.

DASCHER, O. Archives and Historical Databases. In: SMELSER, N. J.; BALTES, P. B. **International Encyclopedia of Social & Behavioral Sciences**. Oxford: Pergamon Press, 2001, p. 643-646.

ERCOLE, B. Memórias do arquivo: a História da Educação em suas fontes materiais. In: GONÇALVES, Nadia Gaiofatto (org.). **Histórias & Memórias sobre Educação** – vol. II. Curitiba: Pró-reitoria de Extensão e Cultura – Universidade Federal do Paraná, 2019, p. 76-86.

MARQUES, A. A. DA C.; RODRIGUES, G. M. Um intelectual no Arquivo: legado de José Honório Rodrigues para a arquivologia no Brasil. **Acervo: revista do Arquivo Nacional**, v. 30, n. 2, p. 176-191, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3lhpzuF>. Acesso em: 03 de outubro de 2020.

MEDEIROS, J. M. G. de; SOUZA, K. I. de B. M. de. Os arquivos estaduais brasileiros: um perfil institucional. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 24, n. 49, p. 57-78, 2014.

MELO, J. H. de. Do arranjo que hão-de ter os papéis da Secretaria do Governo. In: _____. **A Ideia de Arquivo: a secretaria de governo da capitania de Pernambuco (1687-1809)**. 2006. 303 f. Tese (Doutorado em Arquivística) – Universidade do Porto (Portugal), p. 211-272. Disponível em: <https://bit.ly/2GkMczl>. Acesso em: 02 de outubro de 2020.

MELO, J. H. de; SILVA, R. N. e; DORNELES, S. Olhares sobre a História dos Arquivos e da Arquivologia no Brasil. **Pesquisas Brasileiras em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 129-144, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3l3zNOR>. Acesso em: 29 de setembro de 2020.

RIBEIRO, F. A Arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, 2011, v. 1, n. 1, p. 59-73. Disponível em: <https://bit.ly/3igHoIg>. Acesso em: 01 de outubro de 2020.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Produções Dom Quixote, 1998.

SOUZA, G. de; ANJOS, J. T. dos; BARBOSA, E. B. L. O arquivo público paranaense: possibilidades para a pesquisa em história da educação no período provincial. **Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2013, vol. 39, n. 3, p. 627-643.

PORTO, D. M. **História e evolução do arquivo**. 2013. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Documentais) – Universidade da Beira Interior. Centro de Artes e Letras. Disponível em: <https://bit.ly/3ihk5Ot>. Acesso em: 29 de setembro de 2020.

Equipe

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Nadia Gaiofatto Gonçalves (DTPEN-ED)
Andréa Bezerra Cordeiro (DEPLAE-ED)

EQUIPE

Bárbara Cristina Coimbra Bergantin (Pedagogia - Bolsista Extensão)
Beatriz Gibram de Moura (História - Bolsista Extensão)
Bruno Augusto Pedroso de Souza (História - Bolsista Fundação Araucária)
Christiane Louise Kowalek Gomes (Pedagogia - Bolsista Extensão)
Nathalia Alessi Dugonski (História - Bolsista Extensão)

CONTATO

E-mail: historiadaeducacao@ufpr.br

Nossas publicações, inclusive este boletim, estão disponíveis em: http://www.educacao.ufpr.br/portal/centro-de-documentacaoe-pesquisa-emhistoria-da-educacao/publicacaoes-do-cdphe/